

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 18 • 2018

Germanofilia em Portugal
durante a Grande Guerra
O caso do jornal *ABC*, de Madrid

Germanophilia in Portugal during the First World War
The case of the Madrid newspaper ABC

Miguel Dias Santos

Miguel Dias Santos, Doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor do ensino secundário, é Investigador no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra. Email: miguelantoniosantos@sapo.pt.

GERMANOFILIA EM
PORTUGAL DURANTE A
GRANDE GUERRA: O CASO
DO JORNAL ABC,
DE MADRID

No conflito entre aliadófilos e germanófilos, que ocorreu na Europa durante a Grande Guerra, a imprensa teve um papel central nos debates culturais e ideológicos. O ABC de Madrid integrava o grupo da imprensa germanófila acusada de estar ao serviço da Alemanha para evitar a beligerância de Madrid. Em Portugal, o ABC era o jornal estrangeiro mais lido, penetrando sobretudo no campo monárquico e católico acusado de germanofilia. Era também lido nos meios militares hostis a uma participação na guerra e acabou por isso proibido em Portugal. A sua atitude perante a política interna e externa revelava um propósito claro: impedir a beligerância de Portugal. O seu discurso, através dos seus correspondentes, analisava criticamente os objectivos, a estratégia e a capacidade financeira e militar de Portugal para participar na contenda mundial ao lado dos aliados.

Palavras-chave: germanofilia, grande guerra, ABC, propaganda, iberismo

GERMANOPHILIA IN
PORTUGAL DURING THE
FIRST WORLD WAR: THE
CASE OF THE MADRID
NEWSPAPER ABC

In the conflict between alliedophiles and germanophiles, which occurred in Europe during the Great War, press played a central role in the cultural ideological debates. The ABC, from Madrid, was part of the germanophile press accused of servicing Germany to avoid Madrid entering the War. In Portugal, the ABC was widely read, especially by the monarchical and catholic faction, accused of germanophilia. It was also read by the militaries that were against the Portuguese participation in the War, so it was forbidden in Portugal. Its position concerning both internal and external affairs revealed a clear goal: to prevent Portugal's belligerency. Its speech, through its correspondents, critically analyzed the goals, the strategy and Portugal's financial and military capacity to participate in that worldwide conflict alongside the Allies.

Keywords: germanofilia, Great War, ABC, propaganda, Iberism

GERMANOPHILIE AU
PORTUGAL PENDANT LA
GRANDE GUERRE: LE CAS
DU JOURNAL ABC,
DE MADRID

Dans le conflit entre partisans des alliés et germanophiles qui a eu lieu en Europe pendant la Grande Guerre, la presse a eu un rôle central dans les débats culturels et idéologiques. L'ABC de Madrid intégrait le groupe de la presse germanophile accusée d'être au service de l'Allemagne pour éviter la belligérance de Madrid. Au Portugal, l'ABC était le journal étranger le plus lu, pénétrant surtout dans le camp monarchique et catholique accusé de germanophilie. Il était également lu dans les milieux militaires hostiles à une participation à la guerre et a donc fini interdit au Portugal. Son attitude face à la politique interne et externe révélait un objectif clair : empêcher la belligérance du Portugal. Son discours, par le biais de ses correspondants, analysait de manière critique les objectifs, la stratégie et la capacité financière et militaire du Portugal pour participer au conflit mondial du côté des alliés.

Mots clés: germanophilie, grande guerre, ABC, propaganda, ibérisme

1. Introdução

A Grande Guerra dividiu a sociedade portuguesa em intervencionistas e anti-intervencionistas. O campo favorável à beligerância incluía os republicanos do Partido Democrático e, mais tarde, do partido evolucionista, além da intelectualidade republicana; no campo contrário militavam os republicanos moderados e independentes, próximos de Brito Camacho e Machado Santos, o grupo socialista, o movimento anarco-sindicalista e, finalmente, o mundo conservador representado pelos monárquicos e pelos católicos.¹ O conflito agravaria as tensões político-sociais em torno da República, na medida em que as questões de política interna e política externa se misturaram de forma dramática e exacerbada. A declaração de guerra da Alemanha, em Março de 1916, agravou as tensões político-sociais, provocando uma aliança improvável entre os republicanos da União Republicana e os adversários da República.² Paradoxalmente, congregavam-se anti-intervencionistas aliadófilos, que admitiam a guerra para defesa das colónias, com germanófilos por convicção ou simples oportunismo³. O campo beligerante atacava o campo oposto, lançando-lhe o labéu de germanofilia e de antipatriotismo. Para os radicais, eram germanófilos todos os que se opunham ao esforço de guerra, facto que agravaria a crispação política e a divisão no seio da família republicana. Seguindo este critério, eram «germanófilos» partidos, movimentos e personalidades que eram abertamente aliadófilos, como eram os unionistas, os socialistas e alguns monárquicos.

Espanha, ao contrário de Portugal, declarou imediatamente a neutralidade através de uma declaração do primeiro-ministro Eduardo Dato, a 30 Julho de 1914. Apesar disso, a sociedade espanhola acabou dividida por uma encarniçada luta entre germanófilos e aliadófilos, e o país transformou-se num campo de batalha para as potências beligerantes, em especial Alemanha, Inglaterra e França.⁴ No centro dessa campanha aguerrida, cerzida em torno da propaganda e da contra-propaganda, a imprensa apressou-se a escolher um campo, a entrar em guerra pelas ideias.⁵ A imprensa era essencial ao esforço de guerra como instrumento de propaganda porque o soldado e o cidadão eram uma só pessoa: era preciso explicar e convencer a opinião pública da necessidade da guerra. A contra-propaganda, por seu lado, podia ser usada para estimular a beligerância num país, aumentar a moral das tropas em combate ou atacar a motivação do inimigo.⁶

¹ Cf. FRAGA, Luís Alves de – *Do intervencionismo ao sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*. Coimbra: IUC, 2010. 418 p., 978-989-26-0184-7; SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-revolução em Portugal (1910-1919)*. Coimbra: IUC, 2010. 511 p. ISBN 978-989-26-0076-5; SAMARA, Maria Alice – *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002. 226 p. ISBN 972-46-1426-3.

² Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de – *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. 334 p, ISBN 972-762-198-8.

³ SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-revolução...* pp. 320 e ss.

⁴ Leia-se CORDERO, Maximiliano Fuentes – *España en La Primera Guerra Mundial. Una movilización cultural Madri*. Madrid: Akal, 2014. 240 p., 978-84-460-3942-6.

⁵ RODRÍGUEZ-MORANT, Inmaculada – “La Gran Guerra en la revista La Esfera (1914-1931): ¿Información, opinión o propaganda”. *Revista de Historiografía*. Madrid: uc3m. e ISSN: 2445-0057. N.º 24 (2016).

⁶ PADDOCK, Troy R. E. [et al.] – *A Call to Arms: Propaganda, Public Opinion, and Newspapers in the Great War*. Westport CT: Praeger (2004).

Como instrumento de contra-propaganda, a imprensa era por isso alvo da política de guerra dos governos e da diplomacia dos países beligerantes. É conhecido o esforço dos aliados e da Alemanha para ganhar a batalha da contra-propaganda em Espanha, no sentido de influenciar as elites e o centro de decisão política. Para a Inglaterra, e especialmente para a Alemanha, por causa da questão de Marrocos, tratava-se, pelo contrário, de evitar que Espanha rompesse a neutralidade para se coligar com o inimigo.⁷

A posição de Portugal e Espanha perante a guerra acicatou a intervenção da opinião pública. É sabido como a imprensa procurou, com pouco sucesso, interferir nas decisões políticas de Lisboa e Madrid⁸. A historiografia demonstrou entretanto que a imprensa favorável ao campo germanófilo espanhol procurou influenciar a opinião pública em Portugal para evitar a beligerância.⁹ A retórica política dos germanófilos iluminou a imprensa com uma releitura do ideal iberista, prenhe de novas propostas, no quadro de uma política externa agressiva que devia incluir Portugal.¹⁰ Os órgãos dessa campanha ideológica incluíam os jornais diários *ABC*, de Madrid, o *La Tribuna*, *El Debate*, *El Correo Español* e *El Mundo*, entre outros. A campanha açodou a reação portuguesa, das autoridades e da imprensa republicana do partido guerrista. Em 1917, o deputado evolucionista Eduardo de Sousa denunciava no parlamento a incapacidade da censura para impedir a circulação de vários jornais espanhóis que traziam “notícias desagradáveis e graves talvez propositadamente para circularem em Portugal, visto que não era permitido que elas circulassem na imprensa portuguesa”. O deputado acusava os jornais *ABC*, de Madrid, *La Tribuna*, *El Correo Español* e *El Mundo* de promoverem “campanhas” contra Portugal e de fazerem no país a propaganda germanófila.¹¹

Entre os jornais germanófilos contestados pontificava o *ABC*, de Madrid. Alvo da fúria republicana, o *ABC* tinha leitores ávidos no campo monárquico-católico e entre os conspiradores. O propósito deste artigo é compreender o lugar do *ABC* na luta pela opinião pública em Portugal, tendo como pano de fundo o conflito entre germanófilos e aliadófilos. Considerando que o principal objectivo do *ABC*, como aliás da imprensa germanófila, visava impedir a beligerância de Portugal, importa decifrar os liames que a prendiam aos projectos de ressurgimento de Espanha e a uma eventual pressão da Alemanha. E finalmente, perceber a sua ligação ao campo germanófilo português, protagonizado pelo mundo conservador de católicos e monárquicos que, com excepções, como aconteceu com D. Manuel, exilado em Londres, era geralmente antiguerrista.

⁷ CORDERO, Maximiliano Fuentes – “Germanofilia y neutralistas: proyectos tradicionalistas y regeneracionistas para España (1914-1918)”. *Ayer Revista de Historia Contemporánea*. ISSN Electrónico: 2255-5838. N.º 91(2013) p. 65.

⁸ Cf. GÓMEZ, Hipólito de la Torre – *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. 267 p. ISBN 972-33-1351-0.

⁹ ROSENBUSCH, Anne – “Guerra Total en territorio neutral: Actividades alemanas en España durante la Primera Guerra Mundial”. *Hispania Nova*. uc3m. ISSN 1138-7319. N.º 15 (2017).

¹⁰ GÓMEZ, Hipólito de la Torre – *Ob. cit.*, 97-196; FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues – *Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2016. Tese de doutoramento.

¹¹ Diário da Camara dos Deputados, sessão de 31.05.1917, p. 11.

2. O *ABC* e a imprensa germanófila espanhola

A guerra favoreceu o desenvolvimento de uma comunicação de massas em Espanha, em que aliadófilos e germanófilos disputaram a influência da opinião pública. A intelectualidade arvorou, na sua maioria, a causa dos aliados. A opinião pública conservadora apoiou as potências centrais.¹² A mobilização cultural dos espanhóis explica-se pelo facto de a Grande Guerra favorecer a emergência de um projecto regenerador, necessário para sacudir a crise de abatimento provocada pela crise de 1898. Para os progressistas, onde militava Miguel Unamuno e parte da geração de 98, francófila, a vitória dos aliados constituía uma oportunidade de modernização política e ideológica de Espanha¹³. José Maria Salaverría, que acusou a intelectualidade de se ter “desprendido de la realidad”, explicava no *ABC* o que dividia aliadófilos e germanófilos para refutar a acusação de que os últimos se tinham “vendido”. Para os germanófilos, escrevia Salaverría, a Alemanha significava “ambiçào”, “progresso” e “porvir”, enquanto “o espírito latino, no momento, seria fatal para o mundo se predominasse”.¹⁴

A simpatia pela Alemanha era muito forte na corte, incluía a aristocracia, o exército, a igreja católica e o belicoso carlismo¹⁵. Admirava-se a cultura alemã ancorada no seu génio científico e tecnológico, vista como símbolo do progresso do século xx, tal como a França o fora no século xviii e a Inglaterra no século xix¹⁶. Para o campo germanófilo, porém, a simpatia alemã era indissociável do projecto colectivo de ressurgimento espanhol. Uma nova era de prosperidade, associada a uma política de engrandecimento político e cultural, dependia de uma vitória da Alemanha, símbolo da força e da vontade. A intelectualidade germanófila, que incluía personalidades como Juan Vasquez de Mella (1861-1928)¹⁷, Vicente Gay (1876-1949)¹⁸ ou o próprio José Maria Salaverría, entre outros, sonhava recuperar para Espanha o estatuto de potência europeia, sonho que dependia de uma vitória das potências centrais. Eram sonhos de grandeza que arrastavam projectos de expansionismo no novo quadro geopolítico do pós-guerra. Para os mais radicais, uma política imperialista exigia uma política externa agressiva em Marrocos, Portugal, “la primera presa que tendríamos que devorar», e o Norte de África”.¹⁹ A concretização dessa política postulava uma união federalista com Portugal e a reconquista de Gibraltar à Inglaterra e, finalmente, uma confederação com os Estados Unidos da América do Sul²⁰. Para os mais moderados, o iberismo oferecia outras vias, de natureza mais espiritual ou cooperativa, que não ameaçavam a soberania de Portugal.

¹² SALAVERRIA, José Maria – “Explicación de la germanofilia”. *ABC*, 12.03.1916, p. 6.

¹³ CORDERO, Maximiliano Fuentes – *Germanofilia y neutralistas...*, p. 64.

¹⁴ *ABC*, 12.03.1916, pp.3-6.

¹⁵ ALONSO, Gregorio – ““Afectos caprichosos”: Tradicionalismo y germanofilia en España durante la Gran Guerra”. *Hispania Nova*, ISSN 1138-7319. n.º 15 (2017), p. 394-41.

¹⁶ *ABC*, 24.09.1915, pp. 5-6.

¹⁷ *El Ideal de España. Los tres dogmas nacionales*. Discurso pronunciado en el Teatro de la Zarzuela de Madrid el día 31 de mayo de 1915. Imp. Clásica Española. Madrid, 1915.

¹⁸ *El imperialismo y la guerra europea: los principios nacionalistas y el iberismo*, F. Beltran, 1915.

¹⁹ *España ante la Guerra. Discurso de Manuel Azana. Obras Completas*. Mexico: Oasis, 1966, vol. I, p. 154.

²⁰ Cf. CORDERO, Maximiliano Fuentes – “Imperialismo e Iberismo en España: Perspectivas regeneradoras frente a la Gran Guerra”. *Historia y Política*. Madrid. n.º 33(2015) pp. 21-48.

O tom de polémica e exaltação entre os dois campos, aliadófilo e germanófilo, pode deduzir-se da síntese com que o jornalista *Luis Araquistáin* cunhou a conjuntura de guerra: *la arqueología del odio*.²¹ No campo aliado filiavam-se os liberais, os republicanos e todos a casta de progressistas de esquerda, tendo como imprensa os jornais *El País*, *El Imparcial*, *El Sol* e *El Liberal*, entre outros. No campo germanófilo, dominante, pontificavam os jornais *ABC*, *La Tribuna*, *El Debate*, *EL Correo Español*, *El Mundo*, *El Día*, *El Universo* e *La Correspondencia Militar*.²² A influência da Alemanha no conjunto na imprensa espanhola foi muito discutida em 1916, depois de denunciada por Luis Araquistáin, correspondente do *El Liberal*, num artigo publicado no *Daily News*. Escreveu Araquistáin que “Los dedos de una sola mano pueden servir para contar los periódicos diarios que no han sido comprados en Madrid”.²³ A historiadora Anne Rosenbusch demonstrou já a existência de uma política alemã para controlar a elite espanhola e garantir a neutralidade de Madrid. Consequentemente, tratava-se de dominar a imprensa. Durante o conflito, cerca de 500 jornais espanhóis, em especial a imprensa da direita conservadora, estariam nas mãos das potências centrais. Os mais lidos eram o *ABC*, o maurista *La Accion*, o carlista *el Correo Español*, os católicos *El Debate* e *El Universo* e os conservadores *La Tribuna* e *La Nación*, estes dois supostamente vendidos ao “ouro alemão”.²⁴

A propaganda alemã estimulou então as ambições territoriais de Espanha em Marrocos, Gibraltar e Portugal. Não podemos esquecer os apetites anexionistas de Afonso XIII depois da instauração da República em Portugal. Essa hipótese foi analisada pela Inglaterra, em 1914, período em que Londres avaliou as vantagens de uma aliança com Madrid em detrimento de Lisboa.²⁵ Em 1914 e depois 1916, após a declaração de guerra, Berlim abriu as portas a uma intervenção de Espanha em Portugal.²⁶ A recusa de Madrid teve como consequência o recrudescimento da campanha germanófila no sentido de açodar o descontentamento da opinião pública espanhola: “Portugal’s entry into the war on the side of the Entente in March 1916 must have certainly played an important part in the decision to pursue a more aggressive campaign in Spain. Germany could not risk losing another neutral state to the Allies”.²⁷ O correspondente do *Temps* em Madrid testemunhou essa campanha, escrevendo que a beligerância portuguesa causou “alarme” em Espanha e que a Alemanha teria precipitado os acontecimentos para criar dificuldades entre os dois países ibéricos. A imprensa teve uma importância nuclear nesse processo de sedução da opinião pública, atacando a

²¹ GUÉGO, Christine Rivalau – “Mientras en Europa Mueren. La neutralidad a prueba de fuego”. Monteagudo. Murcia. ISSN electrónico: 1989-6166. 3ª época, nº 19 (2014), p. 115.

²² Cf. BARREIRO, Cristina – “La Prensa Española ante la Primera Guerra Mundial”. *Arbil*. Zaragoza. ISSN 1697-1388, nº 78.

²³ *ABC*, 26.01.1916, p. 11.

²⁴ Cf. ROSENBUSCH, Anne – art. cit., p. 364; CORDERO, Maximiliano Fuentes – *Germanofilia y neutralistas...*, pp. 64; CAMBRA, Ubaldo Cuesta; HERRERO, Sandra Gaspar – “La I Guerra Mundial y los orígenes de la Teoría de los Efectos. El caso de aliadófilos y germanófilos”. *Historia y Comunicación Social*. Madrid: ISSN-e 1988-3056, Vol. 18 (2013), p. 133.

²⁵ TELO, António José – *Primeira República I. Do sonho à Realidade*. Lisboa: Editorial Presença, 2010. p. 279-282.

²⁶ GÓMEZ, Hipólito de La Torre – *Ob. cit.*, p. 152.

²⁷ ROSENBUSCH, Anne – *Ob. cit.*, p. 356.

legitimidade da beligerância, como denunciava a *Capital*: “Esses jornais dedicam-se a censurar em termos ofensivos a conducta de Portugal indo até insinuar que é só o «oiro inglez» que guia esta. O «oiro inglez». Os germanophilos hespanhois teem a audácia de falar em tal quando se sabe com que impudência os allemaes fazem a sua propaganda em paizes neutros!”.²⁸

No centro da campanha germanófila espanhola encontrava-se o *ABC*, de Madrid. Nascido em 1903, sob a direção de Torcuato Luca de Tena, o jornal foi inovando no formato, no grafismo e na ruptura com o jornalismo político, promovendo o jornalismo empresarial.²⁹ No plano ideológico, o grupo reflectia uma visão liberal-conservadora, monárquica, tendo como público a aristocracia, a grande burguesia, parte do exército e parte da burguesia reacionária das províncias.³⁰ Quando irrompeu a guerra, em 1914, o *ABC* apressou-se a declarar apoio à neutralidade oficial de Madrid. A generalidade da historiografia, porém, não tem dúvida em afirmar que o *ABC* foi um dos primeiros jornais germanófilos, por “afinidade ideológica”.³¹ Acusado pelos coevos de germanofilia, Luca de Tena defendeu a imparcialidade do periódico invocando uma política editorial ecléctica. Intelectuais como Alberto Insúa (Paris), Azorín (Londres) e Manuel Bueno expressavam nas páginas do *ABC* o campo aliadófilo.³² O escritor Afonso Vidal y Planas³³, que se refugiou em Portugal em 1916, traçou no jornal *O Mundo* um curioso perfil ideológico do *ABC*:

“O *ABC* só tem interesse em vender muitos milhares de exemplares. (...) O *ABC* declarou-se germanófilo sem deixar de ser às vezes francófilo, e quando lhe parece conveniente, neutral. E enquanto os aliadófilos compram El Liberal, e os germanófilos EL Correo Español, por exemplo, todos os espanhóis compram o *ABC*, os germanófilos por ser germanófilo, os aliadófilos por ser também às vezes aliadófilo, e os neutrais, por ser além de tudo isso, neutral”.³⁴

Este eclectismo ideológico pode explicar as tiragens do *ABC* e, por extensão, a sua influência na opinião pública espanhola: com uma tiragem média de 176 mil exemplares em 1915, chegaria a atingir por vezes os 200 mil exemplares.³⁵ Essa influência em Espanha foi testemunhada pelo artista Leal da Câmara, que em 1916 viajou para Espanha com o intuito de avaliar o sentimento dos espanhóis em relação à

²⁸ *A Capital*, 21.03.1916, p. 1.

²⁹ PÉREZ, Fernando Toribio – *ABC en Vocento: La Integración de un diario centenario en un grupo multimedia de comunicación*. Sevilla: Universidade de Sevilla, Trabajo Fin de Máster, 2011. pp. 51-52. Incluía outras publicações periódicas, como as revistas *Blanco y Negro*, *Cultural* e os jornais *ABC* de Sevilla e *ABC* de Córdoba.

³⁰ *Ibidem*, p. 53.

³¹ CAMBRA, Ubaldo Cuesta; HERRERO, Sandra Gaspar – cit., p. 132.

³² BARREIRA, Cristina – cit., p. 8. O escritor Alberto Insúa, aliadófilo, confirma o eclectismo do jornal. Cf. Santiago Fortuño Llorens – “Alberto Insúa, del folletín a corresponsal de guerra (1915-1917)”. *Cuadernos Hispanoamericanos*. Madrid. ISSN 0011-250X. N.º 778 (2015) p. 95.

³³ Cf. BARREIRO, Javier – *Cruces de Bohemia. Vidal y Planas, Noel, Retana, Gálvez, Dicenta y Barrantes*. Saragoça: Unaluna Ediciones, 2001. 978-8492268337. 224 p.

³⁴ *O Mundo*, 2.03.1016, p. 1.

³⁵ PÉREZ, Fernando Toribio – art. cit., p. 53.

participação de Portugal na guerra. No livro *Miren Ustedes. Portugal visto de Espanha*, publicado em 1917, atacou duramente a campanha ideológica da imprensa germanófila, referindo-se a “um destes jornais que, pelo seu nome, parece ter sido criado para meninos de aula infantil”.³⁶

3. O ABC em Portugal

Tal como em Espanha, o *ABC* era campeão de vendas entre a imprensa estrangeira lida em Portugal. Em 1915, o diário republicano *A Capital* procurou quantificar as vendas de jornais estrangeiros, especialmente franceses e espanhóis, em Lisboa. No Chiado, os jornais franceses *Le Matin*, *Le Journal* e os espanhóis *Heraldo*, *Imparcial*, *España Nueva* e o *El Liberal* vendiam um ou dois exemplares por dia; o *ABC* vendia 50 exemplares.³⁷ Os números fornecidos por uma distribuidora da imprensa em Lisboa reforçam as primeiras impressões colhidas entre os vendedores. A imprensa francesa venderia em Lisboa entre 30 a 190 exemplares diários, a imprensa espanhola entre 40 e 100 e o *ABC*, isolado, 380 exemplares diários.³⁸ Os números devem ser analisados com cautela, mas, ainda assim, não deixam dúvidas sobre a importância do *ABC* entre certa opinião pública portuguesa. A própria *Capital* esclarecia que “os hespanhoes residentes em Lisboa que se dão ao luxo de ler os grandes diários de Madrid teem assignaturas, não compram o jornal avulso. Ora os dois mil e pico do *ABC* que veem para Portugal são na totalidade lidos e saboreados pelos nossos compatriotas”.³⁹ Os números da *Capital*, indicando cerca de dois mil exemplares diários, parecem assim indiciar que a quantificação de Jaime Cortesão, estampada nas suas *Memórias da Grande Guerra*, pecam talvez por defeito:

“Todavia há quem afirme e deseje ainda a vitória da Alemanha. A propaganda germanófila continua a fazer-se descaradamente. Antes da declaração da guerra vendiam-se em Portugal 30.000 exemplares por mês do A. B. C, revista germanófila da Espanha. Diz-se que a venda diminuiu. Será. Mas vêem-se ainda por aí às dúzias os velhos fregueses deliciando-se na sua leitura”.⁴⁰

Quem eram os leitores portugueses do *ABC*? José Fernando de Sousa (Nemo), conhecido militante monárquico e dirigente católico, confirmou a existência de uma corrente germanófila em Portugal, constituída por “compatriotas nossos, especialmente

³⁶ Cf. DELGADO, Antonio Sáez – “Miren Ustedes. Portugal visto de Espanha. Leal da Câmara y España”. María Jesús Fernández García e Maria Luísa Leal – *Imagologías ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*. Mérida: ERE, 2012. pp. 215-225. No *ABC*, o livro de Leal de Câmara foi recebido com azedume e o autor acusado de “injúrias” e de “difamador profissional”. *ABC*, 6.05.1917, p. 8.

³⁷ *A Capital*, 5.08.1915, p. 1. No Rossio, o proprietário afirmava supor que “o jornal mais vendido em Lisboa era o *ABC*”.

³⁸ De acordo com a distribuidora Messangerie, a venda média diária era a seguinte: (franceses) *Figaro*, 30; *Temps*, 30; *Echo de Paris*, 35; *Le Journal*, 150; *Le Matin*, 190, *Petit Journal*, 90; (espanhóis) *Correo Español*, 40; *Heraldo de Madrid*, 100; *Imparcial*, 90; *El Liberal*, 50; *ABC*, de Madrid, 380.

³⁹ Ibidem. *A Capital*, 5.08.1915, p. 1. A comunidade espanhola em Lisboa cifrava-se em cerca de 35 mil pessoas.

⁴⁰ CORTESÃO, Jaime – *Memórias da Grande Guerra*. Porto: Chardron, 1919. p. 19.

entre os chamados conservadores, católicos e monárquicos”. Escreveu ainda que a imprensa conservadora espanhola “tem tido larga circulação entre nós nestes últimos tempos e exercido certa influência”.⁴¹ A relação de proximidade entre os conservadores e os tradicionalistas espanhóis e a contra-revolução portuguesa começou em 1910, quando aqueles apoiaram o movimento de restauração do trono. O *Correo Español*, órgão do carlismo, recordaria a colaboração que os tradicionalistas espanhóis, desde

“Don Jaime de Borbón, nuestro Jefe supremo, hasta los más humildes aldeanos de los pueblos fronterizos á Portugal, prestaron decidido apoyo á las diversas intenciones eu favor de una restauración monárquica y de un cambio de régimen que salvase á los portugueses de las garras de los revolucionarios malandrines, vendidos á Inglaterra”.⁴²

Espanha acolheu a emigração política portuguesa e constituiu-se como uma importante base de organização da contra-revolução chefiada por Paiva Couceiro. Os tradicionalistas de D. Miguel tinham fortes ligações ao carlismo e à aristocracia do Paço de Madrid, evidenciando-se a acção do conde de Vilalobar. Em Portugal, a maioria da grei monárquica filiava-se no campo germanófilo - contrariando a estratégia de D. Manuel, que em Londres emprestava todo o apoio à causa dos aliados – e alimentava, simultaneamente, a contra-propaganda e a actividade conspiratória anti-republicana. Na verdade, a germanofilia seria também e sobretudo uma arma subversiva anti-republicana⁴³.

A disputa entre aliadófilos e germanófilos em Portugal, apesar das diferenças de escala, repetia os argumentos retóricos de outros espaços e contextos, reproduzindo muitas vezes uma cartilha propagandística. Os aliadófilos viam no expansionismo germânico um desastre para a civilização europeia e para os seus valores da democracia e da liberdade. Os germanófilos, pelo contrário, asseguravam que a vitória dos aliados promoveria os valores da “demagogia francesa”, isto é, plebeia, igualitária e subversiva⁴⁴. A pluma de José Fernando de Sousa registou estas idiosincrasias ideológicas:

“A França continua, pois, sendo, para a catholica Hespanha, a nação representante e propagandista, hoje como ha um século, de idéas revolucionarias, enquanto a Alemanha é considerada o prototype da ordem, da disciplina, da organização, da sabia conciliação do principio de auctoridade com a legitima liberdade. Uma insistente propaganda germânica e a presença de milhares de allemães teem contribuído para engrossar essa corrente de idéas, radicando-as na maioria dos espíritos”⁴⁵.

⁴¹ SOUSA, J. Fernando de (Nemo) – *A Grande Guerra (Aspectos chrístãos e patrióticos)*. Lisboa, 1918. p. 249.

⁴² *El Correo Español*, 11.03.1916, p. 1.

⁴³ Sobre o papel dos monárquicos durante a Guerra leia-se SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-Revolução...* pp. 243-366; SANTOS, Miguel Dias – “The monarchists and the Great War: the practices and representations of counterpropaganda”. *e-Journal of Portuguese History*. Vol. 11, number 2. Winter 2013; pp. 29-49.

⁴⁴ SANTOS, Miguel Dias – “Patriotismo e propaganda na acção da elite intelectual republicana durante a grande guerra”. *Biblos*. Coimbra: UC. n. s. VIII (2010) 157-174.

⁴⁵ SOUSA, J. Fernando de (Nemo) – *ob. Cit.*, pp. 251-252.

O germanofilismo português filiava-se, por um lado, nas virtudes do conservadorismo germânico, elitista e antidemocrático; por outro lado, na crença algo pueril de que a vitória da Alemanha trazia no bojo a restauração da realeza conservadora.⁴⁶

As afinidades políticas e ideológicas entre os dois campos germanófilos peninsulares explicam o êxito da sua imprensa em Portugal, e em especial do *ABC*. O diário madrileno facultava o acesso a informação do lado alemão, em assuntos de política, militares e diplomáticos, que dificilmente circulavam na imprensa nacional. O agravamento das tensões entre intervencionistas e intervencionistas e o crescente radicalismo do campo republicano justificavam um radicalismo de direita: “O germanophilismo, mais ou menos accentuado, de certos jornaes hespanhoes não podia deixar de influenciar, entre nós, os espíritos, que a situação interna fazia propender para o campo opposto ao dos dominadores da hora presente em Portugal”.⁴⁷ Consciente dessa realidade, Norton de Matos iniciou um primeiro ataque ao *ABC*, logo a seguir ao 14 de Maio, acusando o periódico madrileno de mentir aos portugueses para enfraquecer a sua posição externa. O comunicado à imprensa do ministério da guerra, refutando uma notícia sobre o apoio do general Botha⁴⁸ ao esforço de guerra português em África, deu ao jornal madrileno a medida da sua importância. O correspondente do *ABC* em Lisboa respondeu às críticas de Norton de Matos, figura de proa do democratismo, escrevendo que o “*ABC* tiene más público en Portugal que todos los demás periódicos extranjeros juntos y que algunos portugueses” e que “muchísimo portugueses que leem el *ABC*, y toman suas palabras como la verdad que la niegan casi todos los periódicos de su país”.⁴⁹

4. O *ABC* e a neutralidade colaborante

A historiografia tem chamado a atenção para o facto de que “a primeira vítima quando a guerra começa é a verdade”, na medida em que o jornalismo não reproduz a realidade, opera uma reconstrução da realidade.⁵⁰ Na troca de palavras entre Norton de Matos e o *ABC*, através do seu correspondente em Lisboa, torna-se evidente que as duas partes defendiam, perante a opinião pública, uma “verdade” antagónica sobre a guerra. Tornava-se transparente, também, que o *ABC* se posicionava numa trincheira oposta àquela que ocupava o partido da guerra português, lutando ao lado do campo antibeligerante. Com que objectivos? A quem servia a campanha desenvolvida pelo *ABC* em Portugal?

Quando irrompeu a guerra, o *ABC* era um dos poucos jornais preparados para fazer a cobertura do conflito. Possuía, anterior à guerra, uma rede de correspondentes nas principais capitais europeias que tinham a vantagem de estar “familiarizados con el medio y con las costumbres”.⁵¹ Durante o período que serve de estudo para este

⁴⁶ MAGALHÃES Luís de – *Portugal perante a Guerra*. Porto, 1915. pp. 18-19.

⁴⁷ SOUSA, J. Fernando de (Nemo) – *ob. cit.*, p. 252.

⁴⁸ Louis Botha (1862-1919) foi general Boer e primeiro ministro da África do Sul.

⁴⁹ *ABC*, 31.08.1915, p. 12.

⁵⁰ NOVAIS, Noémia Malva – *A Imprensa Portuguesa e a Guerra. 1914-1918. Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas*. Lisboa: FCSH, 2013. Tese de doutoramento. p. 22.

⁵¹ Veja-se *ABC*, 4.08.1915, p. 5.

artigo, entre 1914 e 1917, o periódico madrileno teve em Lisboa três correspondentes: Afonso Gaio, desde 1906 até 1915, Vasco de Leiria, entre 1915 e 1916 e A. Pimentel, no início de 1916. Afonso Gaio (1872-1941) era o escritor dramático português, autor de textos como *O Condenado* (1916)⁵², *O Calvário* (1919) e de romances como *Os Novos: romance da vida boémia* (1913). Maçon da loja de rito francês *A Irradiação*, criada em Lisboa em 1910, ano em que fez a sua iniciação⁵³, integrou a comissão nomeada pela República, em 1914, para analisar a situação do teatro em Portugal.⁵⁴ Vasco de Leiria, sobre quem existe pouca informação, era um jornalista espanhol que rapidamente mostrou hostilidade para com os republicanos e o Partido Democrático. Finalmente, A. Pimentel surgiu no momento de agudização das relações luso-germânicas, com o aprisionamento dos navios alemães, em Fevereiro de 1916. Ao contrário de Vasco de Leiria, conhecido nos meandros lisboetas, e que apesar da “má vontade à república” possuía “elevação e cultura”, A. Pimentel era desconhecido nos meios políticos e jornalísticos. Este facto e a estrutura da sua narrativa anti-intervencionista levantaram suspeitas na imprensa nacional. Na *Capital* lavrou-se o libelo acusativo, congeminando-se que por trás da assinatura “A. Pimentel” se escondia um jornalista português, monárquico, ligado ao jornal *O Dia*.⁵⁵ A desconfiança não é totalmente infundada ou absurda. A aparição de “A. Pimentel”, em Fevereiro de 1916, coincidindo com a fase crucial da beligerância de Portugal, é seguida da “emigración forzosa” de Vasco de Leiria.⁵⁶

Ao contrário do que sucedeu em Portugal, o *ABC* contava nas principais capitais europeias com um grupo de intelectuais e escritores que, como cronistas ou correspondentes de guerra, alimentaram o combate de ideias entre aliadófilos e germanófilos. Intelectuais como Alberto Insua (Paris)⁵⁷, José Martínez Ruiz (Azorín)⁵⁸, Miguel de Zarraga e Sofia Casanova (Rússia)⁵⁹ defenderam a causa aliada, enquanto outros, como José María Salaverriá⁶⁰, Juan Pajol (Londres), Julio Camba (Berlim) e Pio Baroja⁶¹ integravam o campo germanófilo. Parte importante da disputa ideológica e cultural era sobretudo assumida por intelectuais conhecidos do público.⁶² A escolha de Vasco

⁵² Filmado em 1920.

⁵³ Cf. Actas da Loja Irradiação, INTT.

⁵⁴ Cf. VASCONCELOS, Ana Isabel – “A legislação teatral da Primeira República”. *Sinais de Cena*. N.º 14 (2010).

⁵⁵ *A Capital*, 21.02.1916, p. 1.

⁵⁶ *ABC*, 13.12.1917, p. 4.

⁵⁷ LLORENS, Santiago Fortuño – art. cit., p. 95.

⁵⁸ Cf. CUADRA, Pino Valero – “José Martínez Ruiz “Azorín”, para alemanes”. *Las letras valencianas en la literatura universal. Problemas de recepción y traducción: el paisaje y el tiempo*. Sevilla: Bienza, 2012.

⁵⁹ CRESPO, Pedro Ochoa – “Sofia Casanova y la narración de la Revolución Soviética en *ABC*”. *Historia y Comunicación Social*. ISSN 1137-0734. Vol. 21. Núm. 2 (2016) 463-476.

⁶⁰ ORDONO, Andru Navarra – “José María Saleverría: escritor y periodista (1904-1940)”. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2010. Tesis doctoral.

⁶¹ JUAN, Miguel Ángel García de – “Pío Baroja y su germanofilia en la conflictiva segunda década del siglo xx”. *Revista de Literatura*. vol. LXXVII, n.º 154 (2015). pp. 399-42.

⁶² O jornal defendia-se das acusações de germanofilia escrevendo que “artículos de los Sres. Insua, Azorín, Zarraga, Sofia Casanova, Franco Franchi, etcetera, ofrecen al lector el punto de vista de los países aliados, en contraste con la opinión de otros notables escritores que sostienen criterio distinto”. *ABC*, 7.07.1916, p. 12.

de Leiria e A. Pimentel para Lisboa, pouco conhecidos ou encobertos pelo anonimato, corresponde portanto a uma opção editorial do proprietário e diretor, Luca de Tena.

Portugal assumiu, em Agosto de 1914, uma posição ambígua que ficou definida como neutralidade colaborante. Esta ambiguidade, provocada pela Inglaterra⁶³, agravou a tensão entre intervencionistas e anti-intervencionistas ao longo de meses e provocou uma reacção política e militar contrária à guerra na Europa. Indiferente aos objectivos do partido guerrista, os antiguerristas admitiam apenas lutar em África para defender as colónias. Para o partido beligerante, por outro lado, a guerra oferecia oportunidades em matéria de política interna e externa: internamente, tratava-se de unir o campo republicano; externamente, o apoio à Grã-Bretanha dava continuidade à política externa de Portugal e, por essa via, devia garantir a soberania sobre as colónias. A luta ao lado dos aliados devia ainda consolidar a jovem República e, considerando a neutralidade espanhola, podia reforçar o papel internacional de Portugal no contexto da Península Ibérica⁶⁴.

A intervenção de Portugal no conflito jogou-se, numa fase inicial, em África. Mas apesar das expedições para Angola e Moçambique, tendo como objectivo conter a ameaça alemã, a atenção do público centrava-se na indefinição interna. A imprensa referia-se a uma mobilização iminente que a Alemanha e o *ABC* também admitiam.⁶⁵ É deste período a informação do embaixador alemão em Madrid de que, em face do desejo do governo português, Espanha estaria livre de «proceder como quisesse» em relação a Portugal e Gibraltar. O *ABC* dava destaque aos pedidos de António José de Almeida e Brito Camacho para que reunisse o Congresso e se informasse o país sobre os pedidos da Inglaterra.⁶⁶ Recordamos que, pressionado pela França, a Inglaterra invocou a aliança, a 10 de Outubro, para que Portugal enviasse para França 36 baterias de peças de 75 mm, sem artilheiros e sem uma divisão militar, como pretendia o governo.⁶⁷ A ambiguidade inglesa forçou a cisão no campo republicano e foi alargando o lastro de indecisões e animosidades nas esferas das instituições políticas e da oficialidade do exército, que aproveitou a conjura restauracionista que espreitava para se manifestar contra a guerra, o que fez a 21 de Outubro com o movimento de Mafra e Bragança.⁶⁸

O correspondente do *ABC* neste período, Afonso Gaio, não escondia o seu republicanismo. Apesar da crítica à falta de informação do governo, pela indecisão que provocava na opinião pública, o escritor não deixava de justificar a intervenção bélica:

“Algunos portugueses non son partidarios de la intervención directa en el conflicto europeo; mas está fuera de duda que todos por igual reconocen las consecuencias que tendria para el patrimonio nacional una victoria definitiva de Alemania. No era posible,

⁶³ A Inglaterra solicitou a Portugal que não declarasse a neutralidade, mas não pretendia a sua participação no conflito. Cf. TELO, António José – *ob. cit.*, pp. 306 e ss.

⁶⁴ Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, 418 p. ISBN 972-33-1204-2.

⁶⁵ *O Século*, 15.10.1914, p. 1; *ABC*, “Los preparativos portugueses”, 15.10. 1914, pp. 2-3.

⁶⁶ *ABC*, “Los preparativos portugueses”, 15.10. 1914, p. 2.

⁶⁷ Cf. TELO, António José – *ob. cit.*, pp. 308-309.

⁶⁸ Cf. SANTOS, Miguel Dias – *A contra-revolução...*, pp. 284-285.

por consiguiente, mantener la neutralidade, non sólo por los compromisos de nuestra vieja alianza con Inglaterra, sino por la seguridad de nuestros intereses en territorio africano, donde tenemos la peligrosa vecindad alemana.”⁶⁹

O discurso antigermânico e pró-Inglaterra valeu a Gaio o fim de uma colaboração que se estendera por uma década.⁷⁰ A chegada ao poder do velho general Pimenta de Castro e do campo contrário à intervenção operou uma mudança importante na estratégia do *ABC* em Portugal.⁷¹ Por um lado, a imprensa germanófila em Espanha fazia eco da oferta alemã de Portugal e Gibraltar. Por outro, agudizava-se, na imprensa germanófila mais radical, a defesa de uma imperialismo expansionista que incluía Portugal, Gibraltar e Marrocos. O governo de Madrid reagiu com azedume aos excessos da campanha iberista, denunciando a inexistência de um “peligro Español” que apenas servir para excitar a disputa política interna de Portugal.⁷² No *ABC*, as teses iberistas radicais, que aqui obtiveram publicidade, foram submetidas à crítica de Vasco de Leiria e do escritor “lusófilo” F. Llanos y Torriglia.⁷³ Sustentaram ambos uma política de cooperação, essencial para a defesa dos interesses vitais comuns da península. Crítico do iberismo expansionista e do perigo espanhol defendido pelo partido da guerra em Portugal⁷⁴, Vasco de Leiria preocupava-se sobretudo com o impacto do pós-guerra. Considerava que “los intereses portugueses sufrirán de todas formas, *cualquiera que sea el vencedor*” e que só a cooperação impediria uma catástrofe:

“La única solución contra esa fuerza está en esa fuerza misma. Hay que organizarla si se encuentra dispersa; hay que imponerla si se desconfía de su manera de aparecer; hay que crearla se no existe. Y la solidaridad de los intereses nacionales de los estados de la Península ibérica exige que las fuerzas de España y Portugal aparezcan unidas, compactas, ante la paz como un solo factor capaz de defender derechos iguales”.⁷⁵

A cooperação ibérica, “el profundo fundamento del iberismo actual”, era defendida pelo iberismo moderado que em Espanha não aceitava as teses da monarquia dual.⁷⁶ Entretanto, a violenta revolução de 14 de Maio abortou a experiência “conciliadora” de Pimenta de Castro e colocou no poder o partido da guerra, sob a chefia de José de Castro e Norton de Matos. O enviado especial do *ABC* a Lisboa ouviu da boca de Leotte do Rego, um dos revolucionários do 14 de Maio, o essencial do programa do governo da república: Portugal ia para a guerra.⁷⁷ A definição da política externa

⁶⁹ *ABC*, 4.12. 1914, p. 7.

⁷⁰ “No es, pues, extraño que hayan fracasado los esfuerzos de los jefes en lo tocante á ciertas medidas transcendentales para llevar al país a una oportuna política internacional, como, por ejemplo, la intervención en la guerra europea, en torno de la cual se han tejido los mayores absurdos y disparates”. *ABC*, 4.02.1915, p. 6.

⁷¹ Leia-se BRUNO, José Navarro Marçal – *Governo de Pimenta de Castro Um General no Labirinto da I República*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2010.

⁷² *ABC*, 27.03. 1915, p. 12.

⁷³ *ABC*, 11.05. 1915, p. 16 e 11.06.1915, p. 8.

⁷⁴ *ABC*, 27.04. 1915, p. 9.

⁷⁵ *ABC*, 9.05. 1915, p. 5.

⁷⁶ *ABC*, 9.05. 1915, p. 6.

⁷⁷ *ABC*, 22.05. 1915, p. 22.

provocou uma mudança inequívoca no tema Portugal, tendo o periódico madrileno assumido, sem reservas, uma postura de hostilização do governo e da sua política intervencionista. Com que objectivos? Aparentemente, tratava-se de dificultar a política externa de Portugal.

Os ataques ao democratismo tinham como antecedente o diferendo sobre a edificação da igreja espanhola de Lisboa. No final de 1914, Madrid solicitara a Lisboa autorização para abrir uma igreja católica na Capital para servir a vasta comunidade espanhola. Lisboa assistiria a uma manifestação de cidadãos espanhóis contra a igreja espanhola, que o *ABC* denunciou como estando instigados por Afonso Costa, “inducidos y protegidos por el Partido Democrático, que es el partido del carbonaria, de las bombas, de la indisciplina del Ejército, de las fingidas conspiraciones monárquicas, de los escándalos financieros, de los encarcelamientos arbitrarios, de la ruina y el descrédito de Portugal ante el mundo”.⁷⁸ Neste ataque ao democratismo e à república encontramos a mesma retórica oposicionista da contra-revolução, que já então estabelecera a tese da república como “balbúrdia sanguinolenta”, como um regime de desordem permanente dominado por uma minoria radical que impunha pela violência a sua vontade a um país conservador.⁷⁹

A campanha contra a beligerância portuguesa aproveitou a cisão interna, facto que seria sempre vincado ao longo de dois anos. O *ABC* não se cansava de recordar aos seus leitores portugueses e espanhóis que a beligerância era um projecto partidário imposto pelos radicais do Partido Democrático a uma maioria “oculta, numerosa, pero atemorizada”, argumento que repetia o que escreviam os germanófilos portugueses: “Entre tanto el país, amedrentado, no manifiesta ni son asentimiento ni son repulsa”. O medo legitimava portanto a acção do *ABC* no sentido de procurar a “verdade”. E a verdade, que a república não podia admitir publicamente, era que a Inglaterra não desejava a beligerância de Portugal. A sua ambiguidade diplomática resultava afinal do conhecimento que tinha da situação política e financeira de Portugal e da falta de preparação e de meios do exército português, profundamente dividido sobre a empresa belicista.⁸⁰

O *ABC* haveria de explorar a divisão do exército português, começando por citar o coronel Gomes da Costa, que numa entrevista polémica à *Capital*⁸¹ afirmou: “«Lo que el Ejército sabe, y muy bien, es que no dispone de medios para batirse con honra, porque non posce preparación alguna, no tiene armamento, ni municiones, ni material, ni calzado»!». Para o jornal madrileno, “Inglaterra no pidió el auxilio portugués porque el Ejército lusitano carecia de armamento, municiones y zapatos, cosas todas que están resultando más útiles que los hombres”.⁸² Afirma ainda o periódico que Portugal já tinha colaborado com os aliados, respondendo, no final de 1914, ao pedido francês para que o país enviasse material de artilharia. Essa circunstância servia ainda para

⁷⁸ *ABC*, 4.04. 1915, p. 14.

⁷⁹ Cf. SANTOS, Miguel Dias – “Violência Política na I República: memória e historiografia”. Fragmentos de um Tempo Movente. A propósito da República. Maia: Edições ISMAI. pp.11-25.

⁸⁰ Cf. TELO, António José – ob. Cit.

⁸¹ Veja-se *A Capital*, 7.06.1915, p. 1. Gomes da Costa respondia a uma afirmação do democrático Alexandre Braga, que teria acusado o exército de “não querer ir para a guerra”.

⁸² *ABC*, 16.06. 1915, p. 5.

desvalorizar, no plano militar, o envolvimento de Portugal no conflito, considerando o propalado envio de 30 mil homens. Tanto ao nível do que o país podia oferecer, como ao nível dos ganhos, o sacrifício de Portugal era tido como inconsequente: “Se va á hacer una sangría al país si ningún resultado práctico”, lançando o país na “ruína”⁸³. Os argumentos intelectuais dos aliadófilos, justificando a guerra com os progressos culturais e civilizacionais, eram ridicularizados diariamente, explorando-se as debilidades da propaganda republicana.⁸⁴ Para o *ABC*, os soldados portugueses, a “fuente más pura de la raza”, eram mobilizados para os campos de batalha enquanto “unos políticos e algunos diarios les hablan de los derechos *do povo*, de la defensa de la civilización contra la barbárie y d ela gloria de los elegidos. Y por todo eso estos pobres soldados den con sus huesos en una trinchera”.⁸⁵ Antecipando uma catástrofe colectiva, o jornal madrileno acusava o Partido Democrático de perseguição política – como a lei garrote, que facilitava o despedimento dos funcionários do Estado sobre quem recaíssem desconfianças de comportamento antipatriótico – a todos os que se opunham ao projecto intervencionista, identificando os “talassas” e todo aquele “simplesmente conservador ó sospechoso”.⁸⁶

A campanha provocou uma reação da imprensa e do governo português através de Norton de Matos, referida atrás. O ministério da guerra explicava que “como de costume, se trata de una noticia do *ABC* em que no hay una palabra de verdade desde el principio hasta el fin, lo que, por outra parte, es característico en las informaciones de aquel periódico referentes a nuestro país”.⁸⁷ Neste combate pela “verdade”, o *ABC* reclamava defender o direito informativo da opinião pública contrária ao Partido Democrático, isto é, contrária à guerra: “Por sus merecimientos *ABC* ejerce justa influencia y eso parece molestar en este país á las personas que comulgan en la comunidad democrática. Para los cultos en evidencia del Partido Democrático, no hay más verdad que lo que dicen *O Mundo*, *A Capital*, *O Povo* y otras hojas por el estilo”.⁸⁸ A defesa intransigente do campo anti-intervencionista, isto é, monárquico e católico, que o jornal reclamava estar do seu lado, deve ser entendido como tentativa de ingerência na política interna e externa de Portugal. Tanto poderia servir a causa do campo germanófilo espanhol como os interesses bélicos dos países das potências centrais. Ou ambos. Seja como for, tratava-se de evitar o fim da neutralidade portuguesa e o reforço do campo aliado.

5. Portugal vai à Guerra

A chegada dos democráticos ao poder, mesmo sem Afonso Costa, recentrou a política interna e externa de Portugal nos preparativos para uma intervenção militar. A ascensão de Afonso Costa ao governo, em Dezembro de 1915, reforçou este objectivo nuclear do radicalismo democrático. A diplomacia procurava que a Inglaterra solicitasse a entrada de Portugal na guerra ao abrigo da Aliança. A oportunidade chegou com a

⁸³ *Ibidem*, p. 6.

⁸⁴ Cf. CORDERO, Maximiliano Fuentes – “Imperialismo e Iberismo en España...”, p. 27.

⁸⁵ *ABC*, 16.06. 1915, p. 6.

⁸⁶ *ABC*, 16.08. 1915, p. 12.

⁸⁷ *ABC*, 31.08. 1915, p. 12.

⁸⁸ *Ibidem*.

crise dos transportes. Londres foi forçado a negociar com Lisboa o aprisionamento dos 70 barcos alemães e dois austríacos estacionados em portos portugueses. Negociador arguto, Afonso Costa, com Augusto Soares e Norton de Matos, não cedeu às manobras diplomáticas de Londres, mantendo-se firme na pretensão de que o pedido invocasse a aliança.⁸⁹

Apesar das negociações decorrerem dentro de um quadro de secretismo, a imprensa europeia referia-se com frequência a negociações diplomáticas entre Lisboa e Londres a propósito dos barcos alemães. No dia 3 de Fevereiro de 1916, o *ABC* transcreveu um telegrama de Genebra para a imprensa francesa, com origem na imprensa alemã, que abordava o assunto: “Portugal declarará la guerra á Alemania para permitir á Inglaterra la confiscación de los 57 transatlánticos alemanes que se hallan en el puerto de Lisboa y en otros puertos, tanto de Portugal como de las colonias portuguesas”.⁹⁰ A possibilidade de Portugal declarar unilateralmente guerra à Alemanha, sem o apoio de Inglaterra, foi sempre recusada por Afonso Costa, que temia as consequências. Mais do que nunca, a política interna e externa de Portugal interessava o governo alemão. Não terá sido coincidência a publicação, em Janeiro de 1916, do livro de Pimenta de Castro, *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*, impresso em Weimar “como convinha ao admirador do Kaiser e leitor assíduo do «ABC»”.⁹¹ A *Capital* publicou trechos do livro do “ditador germanófilo” para provar que a política de Pimenta de Castro era germanófila: não só questionava as condições da aliança com a Inglaterra – que tratava Portugal com “desdém e sobrançeria”⁹² – como tecia grandes elogios à Alemanha e a Guilherme II, o “pacifista por índole e por feição” que ergueu a espada “antes que os invejosos lhe cravassem a delles”.⁹³

O livro e os jornais que o transcreveram foram de imediato apreendidos, facto que provocou uma reacção tempestiva da União Republicana, pela voz do deputado Mesquita de Carvalho.⁹⁴ No *ABC*, pelo contrário, foi dada a maior publicidade ao “folheto” de Pimenta de Castro, pela pluma do novo correspondente em Lisboa, que assinava “A. Pimentel” e que teve a “sorte” de um exemplar lhe ter ido parar à mão. Pimentel contestou a apreensão do folheto como necessário à verdade e invocou o direito de defesa do velho general, acusado pelos radicais de “politica antipatriótica y antinacional”: “De qué le acusan? [...] Por haberse opuesto a los manejos ocultos que tendían á levar Portugal á cooperar en la guerra europea contra la voluntad de la mayoria de la nación?”.⁹⁵

O livro do general constituiu pois uma derradeira oportunidade para o campo germanófilo questionar a beligerância portuguesa através de três argumentos essenciais: a beligerância como iniciativa do republicanismo radical, a falta de condições do exército,

⁸⁹ MENESES, Filipe Ribeiro de – *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: D. Quixote, 2015. ISBN 9789722058773. p. 169.

⁹⁰ *ABC*, 3.02.1916, p. 11.

⁹¹ *A Capital*, 22.01.1916, p. 1.

⁹² CASTRO, Joaquim Pimenta de - *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*. Weimar: Waghner j. Hmbold, p. 56. A edição parece pouco cuidada, o que pode indiciar pressa em trazer o livro ao público.

⁹³ *A Capital*, 23.01.1916, p. 1.

⁹⁴ *A Capital*, 25.01.1916, p. 2.

⁹⁵ *ABC*, 18.02.1916, p. 7.

desorganizado, sem dinheiro nem armamento, e a atitude submissa de Portugal face à Inglaterra. Sobre o primeiro argumento escreveu o *ABC*: “El gobierno de D. Bernardino Machado fue el que tomó la iniciativa estúpida de pedir en secreto á Inglaterra que solicitase, en nombre de la antigua alianza, la intervención de Portugal en la guerra”.⁹⁶

As relações institucionais entre Portugal e Inglaterra tornaram-se o eixo nodal da retórica germanófila, que acusava Portugal de ser uma colónia da Inglaterra.⁹⁷ A aliança luso-inglesa não passava de um instrumento de divisão da Península Ibérica que favorecia a política imperialista da Grã-Bretanha.⁹⁸ A política beligerante de Portugal reforçava portanto uma política externa que ameaçava a independência de Espanha.⁹⁹ No *Correo Español* escrevia-se que Portugal, “feudo inglese en incessante lucha intestino”, “se há llevado casi el ano declarando guerra á Alemania, y esta sin hacerle caso”.¹⁰⁰

Era uma leitura dos acontecimentos que estava em linha com a tese de Berlim. Na declaração de guerra que entregou ao governo português, a Alemanha acusou Portugal de ser “vassalo de Inglaterra” e de colocar os interesses de Londres acima de tudo.¹⁰¹ No *ABC*, A. Pimentel denunciava a iminência de uma catástrofe colectiva, prevendo “el fin, porque yo creo que esta nacionalidade no pued resistir una crisis de esta orden”.¹⁰² O aprisionamento dos barcos era descrito como provocação da “fracción revolucionaria que domina o país”, desrespeitando “la gran masa del país” e incorrendo no “tremendo disparate de forzar á entrar en la guerra á una país que de ello jamás ha querido oír hablar”.¹⁰³ A. Pimentel descreveu os factos que conduziram ao conflito tendo como pano de fundo a resistência de Inglaterra à beligerância de Portugal. Citou a propósito um “ilustre português” que parecia conhecer os meandros diplomáticos das negociações: “Yo creo firmemente que Inglaterra no ha querido que as cosas pasaran así. Los barcos alemanes han podido muy bien ser requeridos á Alemania pacíficamente. [...] Pero la fracción revolucionaria que domina al país ha querido á toda costa exteriorizar su antigermanismo, hacer un acto que provoque el rompimiento de relaciones con Berlín”.¹⁰⁴ O correspondente do *ABC* terminaria a sua última crónica reafirmando que “la gran masa del país es contraria á la guerra. Se puede decir más: que hay hoy una mayoría de portugueses que atribuye á Inglaterra la decadencia de Portugal”.¹⁰⁵

Após a declaração de guerra da Alemanha, a 9 de março, o ministro dos negócios estrangeiros alemão chamou o embaixador espanhol em Berlim para lhe repetir o convite

⁹⁶ *ABC*, 18.02.1916, p. 7.

⁹⁷ Na verdade, um dos objectivos do partido da guerra era libertar Portugal da tutela e dependência da Inglaterra. Cf. FRAGA, Luís Alves de - ob. Cit., pp. 49 e ss.

⁹⁸ *El ano Germanófilo*, prologo de Jacinto Benavente, 1916, p. 47.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 65.

¹⁰⁰ *El Correo Español*, 4.01.1916, p. 2.

¹⁰¹ *ABC*, 11.03.1916, p. 9.

¹⁰² *ABC*, 15.03.1916, p. 7.

¹⁰³ *ABC*, 15.03.1916, p. 7.

¹⁰⁴ *ABC*, 15.03.1916, p. 5.

¹⁰⁵ *Ibidem*. “Portugal tiene el Pueblo más sufrido y fatalista del mundo, después de Turquía; estoy convencido que lo suportaría todo, iría á la guerra como dócil criado da Inglaterra, para satisfacer los caprichos de grandeza de los políticos de esta republica”. *ABC*, 18.02.1916, p. 8.

para anexar Portugal, manifestando-lhe que “gostosamente a veria unida à Espanha”.¹⁰⁶ O governo de Romanones não aceitou a sugestão da Alemanha e publicou uma nota na imprensa, a 14 de março, reforçando a política de neutralidade em face do estado de guerra entre Portugal e Alemanha.¹⁰⁷ Isso não impediu, porém, que a Alemanha intensificasse a sua campanha na imprensa germanófila em Espanha. Tratava-se, como escreveu, Torre Gomez, de explorar as desconfianças de Madrid e arrastar Espanha, afastando-se qualquer possibilidade deste país se colocar ao lado dos aliados.¹⁰⁸

A historiografia tem procurado compreender de que modo a estratégia da Alemanha, através das campanhas de imprensa e da espionagem, procurou intervir na política interna de Portugal e criar constrangimentos à organização e mobilização do exército. Nos arquivos alemães, Filipe de Meneses confirmou os indícios de que Berlim teria uma rede de contactos em Espanha, com ligações a Portugal, através dos monárquicos.¹⁰⁹ Há provas suficientes de que a espionagem alemã apoiou ou financiou grupos monárquicos mais activos, facilitando a produção e distribuição de contra-propaganda subversiva.¹¹⁰ Tais provas e factos não são suficientes, porém, para atribuir à política alemã as principais responsabilidades pela conjuntura de crise e pelos movimentos antibeligerância, como foram os movimentos de Machado Santos e Sidónio Pais.¹¹¹

Mais evidente era, porém, a campanha jornalística da imprensa germanófila, que se apressou a registar – ou a sugerir – que a política de guerra seguida por Lisboa haveria de fomentar a actividade conspiratória e a revolução.¹¹² O jornal monárquico-tradicionalista, O *Correo Español*, não se coibiu de exortar os portugueses à insurreição em nome da Pátria:

“Pero los patriotas portugueses no deben resignarse á consentir que su nación sucumba enterrada en ignominia. Jamás el derecho y el deber de sublevarse fue tan evidente y manifesto; la moral más estrecha obliga al ciudadano a rebelarse contra un gobierno que ha comprometido la vida e y honor de la patria. (...) Por la independencia y por la honra de Portugal, caballeros portugueses, hay que insurreccionarse”.¹¹³

Enquanto os “caballeros portugueses” não se insubordinavam, a imprensa germanófila ia especulando em torno da mobilização de tropas em Portugal, fantasiando sobre o perigo português. Um dos boatos referia-se ao pedido da Inglaterra a Romanones para que Madrid autorizasse a passagem de duas divisões portuguesas por território espanhol em direção a França.¹¹⁴ No *ABC*, o “perigo português” teve direito a novela dramática pela acção de um germanófilo exaltado, Juan Pujol. Antigo correspondente em Londres, de onde foi expulso, Pujol apareceu a analisar a política externa de Portugal

¹⁰⁶ GOMEZ, Hipólito de La Torre – ob. cit., p.177.

¹⁰⁷ *ABC*, 14.03.1916, p. 5.

¹⁰⁸ *Ob. Cit.*, p. 177; ROSENBUSCH, Anne, art. cit., p. 356.

¹⁰⁹ Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de – *A Grande Guerra ...* pp. 306 e ss.

¹¹⁰ SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-Revolução...*, pp. 332 e ss.

¹¹¹ Opinião diferente tem FRAGA, Luís Alves de – *Do Intervencionismo ao Sidonismo...*

¹¹² *A Capital*, 21.03.1916, p. 1.

¹¹³ *El Correo Español*, 11.03.1916, p. 1.

¹¹⁴ *A Lucta*, 26.05.1916, p. 1.

para reforçar o argumento da vassalagem de Portugal face à Inglaterra.¹¹⁵ Mais tarde, durante os preparativos de Tancos, Juan Pujol viajou para Badajoz e outras praças fronteiriças com o objectivo de avaliar a mobilização das duas divisões portuguesas em exercícios na região do Entroncamento. Deambulando por Badajoz e Cáceres, Pujol descreveu a fronteira desguarnecida, em tom grave e sério, afirmando que Badajoz podia ser “facilmente ocupada”. Ouvindo uma pessoa “calificada” de Cáceres, isto é, ouvindo os populares da rua, sublinhava que em Portugal “la idea de la guerra contra España está ya en circulación”.¹¹⁶ Havia na sua encenação dramática um exagero que não pode desligar-se do propósito do campo germanófilo de, cerzindo um perigo artificial, criar dificuldades à organização e mobilização do exército português ou, como sugeriam muitos observadores, pressionar Madrid para uma política beligerante.

A imprensa republicana respondeu à campanha do *ABC* através dos jornais *O Mundo*, *O Século*, *A República* e *A Capital*. O jornal afecto ao Partido Democrático publicou, em março de 1916, um conjunto de artigos do escritor e intelectual espanhol Afonso Vidal y Planas que visava desacreditar o *ABC* perante a opinião pública nacional. Afonso Vidal y Planas era um escritor boémio e polémico, antigo colaborador do jornal católico *El Debate*, onde conheceu o intelectual Luís Antón de Olmet, que assassinou em 1923. Afonso Planas procurou refúgio em Portugal para fugir à justiça espanhola, supostamente por publicar o folheto *España Republicana*. Hospedou-se no Hotel Palace e em Lisboa iniciou colaboração com *O Mundo*, para além de editar a revista *Península Ibérica*. Regressou a Madrid depois de sete meses, beneficiando de uma amnistia.

O objectivo do poeta anarquista de Madrid visava atacar a reputação do *ABC* e do seu diretor e proprietário, Luca de Tena. Acusou a imprensa germanófila de forjar um retrato falso de Portugal para que a opinião pública espanhola visse um país atormentado pela violência de uma “uma anarquia espantosa”: “E entre todos estes jornais injustos, de censurável proceder, o que mais se tem esforçado por ludibriar a opinião espanhola é o *ABC*. Para os leitores deste jornal espanhol, efectivamente é Portugal um país com o coração alvoraçado pelos lampejos da revolução latente”.¹¹⁷ Contou mais tarde o *Mundo* que Vidal Y Planas ofereceu os seus serviços assim que chegou a Lisboa, com o argumento de que “o *ABC* odeia a República Portuguesa e aproveita todos os pretextos para ser hostil ao nosso país”. Na verdade, a colaboração de Vidal Y Planas serviria apenas para, aproveitando o seu estilo polémico e verrinoso, *O Mundo* contra-atacar a imprensa germanófila. Sobre os leitores do jornal espanhol, afirmou que “eram em regra quasi absolutamente caluniadores da república, inimigos profissionais da república e em regra quasi geral antipatriotas, desdenhosos da nossa independência e da nossa dignidade nacional. Todos esses leitores, em suma, eram germanófilos, inimigos dos aliados”.¹¹⁸ A restante imprensa intervencionista, em especial *A República* e *O Século*, foi denunciando a “campanha germanófila” cerzida em território vizinho. *O Século*, por outro lado, explorava as ligações entre os germanófilos dos

¹¹⁵ *ABC*, 13.03.1916, p. 3.

¹¹⁶ *ABC*, 17.06.1916, p. e 25.06.1916, p. 3; *El Correo Español*, 25.05.1916.

¹¹⁷ *O Mundo*, 2.03.1916, p.1

¹¹⁸ *O Mundo*, 23.03.1916, p.1

dois países, que responsabilizava pelos boatos. A “ameaça portuguesa”, ou a “ameaça inglesa”, resultava da participação dos germanófilos portugueses, “fornecendo indicações militares de que se servem para tirar falsas conclusões”. Para *O Século*, os germanófilos portugueses comportavam-se como “verdadeiros espões alemães”.¹¹⁹ A *República*, por seu lado, denunciava as ligações da imprensa germanófila espanhola a Berlim, citando os escritores Imbart de La Tour e Louis Arnould para provar que o *ABC* apresentava “tendências germanófilas”. Já os jornais *El Correo Español* e *La Tribuna* eram, de acordo o porta-voz de António José de Almeida, “puramente alemães”, acusação que repetia a imprensa republicana do país vizinho.¹²⁰

Entretanto, o governo reforçava os mecanismos da censura de guerra alegando-se a defesa do interesse nacional face ao inimigo externo mas também a um inimigo interno que se identificava com os germanófilos. Através do Decreto de 12 de Março de 1916, as autoridades policiais e administrativas podiam apreender as publicações que atentassem contra a segurança e defesa nacionais, perturbassem as operações relativas à guerra ou publicassem propaganda antibeligerante.¹²¹ É nesse contexto que deve enquadrar-se a decisão de proibir a venda, em Portugal, dos jornais *ABC*, *La Tribuna*, *El Debate* e *El Mundo*.¹²² O *ABC*, pelo número de vendas que tinha em Portugal, era objecto da fúria e do ódio dos portugueses mais radicais, que assaltavam os pontos de venda da imprensa¹²³ e afixavam cartazes pelas ruas de Lisboa onde se lia: “Trata como traidor à tua pátria a todo o leitor do *ABC*, periódico germanófilo e detractor da República”.¹²⁴ O diário madrileno queixava-se da «injunta persecución» movida pela imprensa portuguesa contra o *ABC* para impedir a sua circulação, e reafirmava a sua isenção jornalística, já que acolhia posições aliadófilas e “pró-Alemanha”.¹²⁵

A partir de meados de 1916, o interesse do *ABC* pela situação portuguesa esmoreceu, no momento em que recrudescia a actividade da espionagem alemã em Espanha e Portugal.¹²⁶ Aparentemente, a inevitabilidade da beligerância portuguesa esvaziara Lisboa de interesse jornalístico em matéria de política externa. Restava por isso a grave crise económica e social associada à guerra mas que o *ABC* identificava com o rol de crimes da República e da sua política beligerante. A propósito da chamada revolta das batatas, em que a população de Lisboa atacou e destruiu armazéns e casas de comércio, de que resultaram 18 mortos e 56 feridos¹²⁷, escreveu o *ABC*:

“Una vez más [...] las calles de Lisboa están siendo teatro de sangrientos disturbios y tumultuários alborotos. [...] Esta es la situación de Lisboa y esta es la situación á que

¹¹⁹ *O Século*, 27.05.1916, p. 1.

¹²⁰ *República*, 23.05.1916, p. 1. O jornal citava o livro de Imbart de La Tour, *La opinion Catholique et la guerre*, 1915, e o livro de Louis Arnould - *Le Duel franco-allemand en Espagne*, de 1914.

¹²¹ NOVAIS, Noémia - ob. Cit., pp. 118-119.

¹²² *El Correo Español*, 7.07.1916, p. 1.

¹²³ *ABC*, 7.07.1916, p. 2.

¹²⁴ FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues – ob. Cit., p. 202.

¹²⁵ *ABC*, 7.07.1916, p. 2.

¹²⁶ Cf. Meneses, Filipe – ob. Cit., pp. 306 e ss.

¹²⁷ Cf. IANTT/TT, MI, Direção Geral de Administração Política e Civil, maço 74. *A Capital*, de 21 de maio, listava 21 mortos, enquanto o *ABC* indicava 25 mortos e 250 feridos.

han conducido á Portugal, primero, los falsos apóstolos que hicieran creer al pueblo que la República era la felicidad, el bienestar y la opulencia, y después, los que le sacaran de su neutralidad para llevarle á los horrores de la guerra. Exhausto, agotado, sacudido por sus constantes convulsiones políticas, en plena indisciplina social, Portugal, por su vassallage á Inglaterra, se vió precipitada en el conflicto europeo. Las consecuencias se están tocando ya, ahí están: la ruina, la miseria, el hambre, el motin, el saqueo, la lucha en las calles. Este es el resultado que han obetenido con su patrotica labor los intervencionistas portugueses”.¹²⁸

No mesmo período, o jornal entrevistou os primeiros prisioneiros portugueses da Alemanha, em Maio. A entrevista foi aproveitada para reafirmar a separação entre a política de guerra e o sentimento nacional, expresso na posição dos soldados em cativeiro. Os prisioneiros explicaram então que estavam preparados para o conflito armado,

“lo único que les faltaba era entusiasmo por la guerra. [...] Ninguno ha sabido definir el ideal que les guiaba en la pelea; los más dicen que vinieron porque de Lisboa los mandaron, y otros, más avispados ó más ingenuos, declaran que están en el campo de batalla porque Inglaterra así lo dispuso. Oyendo á estos últimos, parece como que Portugal fuera una colonia inglesa”.¹²⁹

Conclusão

O *ABC* integrou os dispositivos da imprensa germanófila que se empenharam no conflito ideológico com o campo aliadófilo. Em Portugal, tinha grande audiência entre a forte comunidade espanhola de Lisboa e no seio do campo germanófilo ligado aos monárquicos e católicos. Entre 1915 e 1916, o jornal desenvolveu através dos seus correspondentes em Lisboa uma campanha contra a beligerância portuguesa que fez eco sobretudo da retórica do campo germanófilo português: a guerra era uma imposição do Partido Democrático, que tudo fez para forçar a entrada num conflito em que a Inglaterra não queria Portugal; finalmente, o país e o exército não queriam a beligerância na Europa por falta de capacidade militar e de condições financeiras. Em 1916, depois da declaração formal de guerra, a campanha centrou-se nos interesses geoestratégicos da Grã-Bretanha, de que Portugal seria vassalo, e num putativo “perigo português”.

O facto de o *ABC* ser um jornal estrangeiro levanta interrogações naturais sobre os objectivos que norteavam essa campanha, na medida em que era visível a tentativa de interferir na política interna e na soberania de Portugal. Assumindo, conscientemente, a defesa da opinião pública portuguesa que se opunha à intervenção, o *ABC* tomava partido na contenda de um país independente e soberano. Em 1915, a sua posição parece enquadrar-se na campanha iberista desenvolvida pela imprensa germanófila espanhola. Mas em vez do radicalismo daqueles que sonhavam com a grandeza imperial de antanho, o *ABC* oferecia um iberismo moderado, pautado por relações de cooperação entre estados soberanos. Na verdade, ao defender a neutralidade de Portugal, o *ABC* estava

¹²⁸ *ABC*, 25.05.1917, p. 7.

¹²⁹ *ABC*, 6.07.1917, p. 5.

em sintonia com sectores políticos que em Espanha pugnavam pelo aprofundamento das relações ibéricas em contexto de guerra, para definição de uma política externa comum durante o conflito e no pós-guerra, numa Península Ibérica unida.

Esta posição, sendo moderada, era porém incompatível com a hostilidade e os excessos de linguagem com que se feriam os principais políticos republicanos. A aproximação ao campo germanófilo português sugere que o *ABC* preferia negociar com uma monarquia os termos de um novo ciclo de relações político-diplomáticas com Portugal.

Finalmente, a partir de 1916, com a beligerância definida, o *ABC* alinhou com os restantes jornais germanófilos na criação de um “perigo português” ou “inglês”. Essa campanha seria provavelmente o resultado da “guerra total” que a Alemanha decidiu levar a cabo em Espanha, com o objectivo de levar Madrid a romper a neutralidade a favor das potências centrais. Ou, pelo menos, a evitar uma aproximação aos países aliados.

Fontes e Bibliografia

ABC, Madrid, 1914-1917.

A Capital, Lisboa, 1914-1917.

A Lucta, Lisboa, 1916-1917.

Diário da Camara dos Deputados, 1914-1917.

El Correo Español, 1915-1916.

O Mundo, Lisboa, 1914-1916.

República, Lisboa, 1916-1917.

ALONSO, Gregorio – ““Afectos caprichosos”: Tradicionalismo y germanofilia en España durante la Gran Guerra”. *Hispania Nova*. ISSN 1138-7319, n.º 15 (2017).

BARREIRO, Cristina – “La Prensa Española ante la Primera Guerra Mundial”. Arbil. Zaragoza: ISSN 1697-1388, n.º 78.

BARREIRO, Javier – *Cruces de Bohemia. Vidal y Planas, Noel, Retana, Gálvez, Dicenta y Barrantes*. Saragoça: Unaluna Ediciones, 2001. 224 p. 978-8492268337.

BENAVENTE, Jacinto – *El ano Germanófilo*, 1916.

BRUNO, José Navarro Marçal – *Governo de Pimenta de Castro Um General no Labirinto da I República*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2010.

CAMBRA, Ubaldo Cuesta; HERRERO, Sandra Gaspar – “La I Guerra Mundial y los orígenes de la Teoría de los Efectos. El caso de aliadófilos y germanófilos”. *Historia y Comunicación Social*. Madrid. ISSN-e 1988-3056, Vol. 18 (2013).

CASTRO, Joaquim Pimenta de – *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*. Weimar: Waghner j. Hmbold, 2015.

CORDERO, Maximiliano Fuentes – *Espana en La Primera Guerra Mundial. Una movilización cultural Madri*. Madrid: Akal, 2014. 240 p. 978-84-460-3942-6.

CORDERO, Maximiliano Fuentes – “Imperialismo e Iberismo en España: Perspectivas regeneradoras frente a la Gran Guerra”. *Historia y Política*. Madrid. N.º 33(2015).

- CORDERO, Maximiliano Fuentes – “Germanofilia y neutralistas: proyectos tradicionalistas y regeneracionistas para España (1914-1918)”. *Ayer Revista de Historia Contemporánea*. ISSN Electrónico: 2255-5838. N.º 91(2013).
- CORTESÃO, Jaime – *Memórias da Grande Guerra*. Porto: Chardron, 1919. p. 19.
- CRESPO, Pedro Ochoa – “Sofía Casanova y la narración de la Revolución Soviética en *ABC*”. *Historia y Comunicación Social*. ISSN 1137-0734. Vol. 21. Núm. 2 (2016).
- CUADRA, Pino Valero – “José Martínez Ruiz ‘Azorín’, para alemanes”. *Las letras valencianas en la literatura universal. Problemas de recepción y traducción: el paisaje y el tiempo*. Sevilla: Bienza, 2012.
- DELGADO, Antonio Sáez – “Miren Ustedes. Portugal visto de Espanha. Leal da Câmara y España”. FERNÁNDEZ GARCÍA, María Jesús e LEAL, Maria Luísa – *Imagologías ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*. Mérida: ERE, 2012. pp. 215-225.
- FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues – *Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2016. Tese de doutoramento.
- FRAGA, Luís Alves de – *Do intervencionismo ao sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*. Coimbra: IUC, 2010. 418 p. 978-989-26-0184-7.
- GÓMEZ, Hipólito de la Torre – *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. 267 p. ISBN 972-33-1351-0.
- GUÉGO, Christine Rivalau – “Mientras en Europa Mueren. La neutralidad a prueba de fuego”. *Monteagudo*. Murcia. ISSN electrónico: 1989-6166, 3.ª época, n.º 19 (2014).
- JUAN, Miguel Ángel García de – “Pío Baroja y su germanofilia en la conflictiva segunda década del siglo XX”. *Revista de Literatura*. vol. LXXVII, n.º 154 (2015).
- LLORENS, Santiago Fortuño – “Alberto Insúa, del folletín a corresponsal de guerra (1915-1917)”. *Cuadernos Hispanoamericanos*. Madrid. ISSN 0011-250X. N.º 778 (2015).
- MAGALHÃES Luís de – *Portugal perante a Guerra*. Porto, 1915.
- MENESES, Filipe Ribeiro de – *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. 334 p. ISBN 972-762-198-8.
- MENESES Filipe Ribeiro de – *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: D. Quixote, 2015. ISBN 978-972-205-877-3.
- NOVAIS, Noémia Malva – *A Imprensa Portuguesa e a Guerra. 1914-1918. Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas*. Lisboa: FCSH, 2013. Tese de doutoramento.
- ORDONO, Andru Navarra – “José María Saleverría: escritor y periodista (1904-1940)”. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2016, 2 vols. Tesis doctoral.
- PADDOCK, Troy R. E. [et al.] – *A Call to Arms: Propaganda, Public Opinion, and Newspapers in the Great War*. Westport CT: Praeger, 2004.
- PÉREZ, Fernando Toribio – *ABC en Vocento: La Integración de un diario centenario en un grupo multimedia de comunicación*. Sevilla: Universidade de Sevilla, 2011. Trabajo Fin de Máster.
- RODRÍGUEZ-MORANT, Inmaculada – “La Gran Guerra en la revista La Esfera (1914-1931): ¿Información, opinión o propaganda”. *Revista de Historiografía*. Madrid: uc3m. eISSN 2445-0057. N.º 24 (2016).
- ROSENBUSCH, Anne – “Guerra Total en territorio neutral: Actividades alemanas en España durante la Primera Guerra Mundial”. *Hispania Nova*. uc3m. ISSN 1138-7319. N.º 15 (2017).
- SAMARA, Maria Alice – *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002. 226 p. ISBN 972-46-1426-3.

- SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-revolução em Portugal (1910-1919)*. Coimbra: IUC, 2010. 511 p. ISBN 978-989-26-0076-5.
- SANTOS, Miguel Dias – “The monarchists and the Great War: the practices and representations of counterpropaganda”. *e-Journal of Portuguese History*. Vol. 11, number 2 (Winter 2013) pp. 29-49.
- SANTOS, Miguel Dias – “Patriotismo e propaganda na acção da elite intelectual republicana durante a grande guerra”. *Biblos*. Coimbra: UC. n. s. VIII (2010) 157-174.
- SANTOS, Miguel Dias – “Violência Política na I República: memória e historiografia”. *Fragments de um Tempo Movente. A propósito da República*. Maia: Edições ISMAI. pp.11-25.
- SOUSA, J. Fernando de (Nemo) – *A Grande Guerra (Aspectos christãos e patrióticos)*. Lisboa, 1918.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996. 418 p. ISBN 972-33-1204-2.
- TELO, António José – *Primeira República I. Do sonho à Realidade*. Lisboa: Editorial Presença, 2010.
- VASCONCELOS, Ana Isabel. “A legislação teatral da Primeira República”. *Sinais de Cena* (2010), n.º 14.